



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

PROJETO DE LEI Nº 59 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010 .
LIDO NO EXPEDIENTE

Em. 25 / 11 / 2010

Edin Nogueira
1º Secretário

*Obriga o Estado do Piauí a
fixação, no ato da inauguração de
logradouros públicos, de placa com
foto e biografia do homenageado.*

O GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Estado do Piauí obrigado, no ato da inauguração de qualquer obra que preste homenagem a pessoas físicas, a fixarem placa explicativa contendo a foto e a biografia do homenageado que nomina o referido logradouro público.

Parágrafo Único: A placa, referida no caput deste artigo, deve estar em local visível e preferencialmente instalada na fachada principal do prédio ao lado da placa que nomina o prédio.

Art. 2º Em obras já inauguradas, antes da aprovação desta Lei, fica facultativo ao Estado a fixar a referida placa de homenagem.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALACIO PETRONIO PORTELA em Teresina PI, 25 de NOVEMBRO de 2010.

Antonio Félix
ANTONIO FÉLIX

DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em análise tem por objetivo a obrigatoriedade da fixação de placas explicativas, no ato de inauguração, contando a história do homenageado que dá nome as obras do Estado do Piauí em questão.

Trata-se de uma proposta de grande interesse social, contribuindo desta forma para uma nova forma de destacar ilustres personalidades que tenham contribuído para o engrandecimento da nossa cultura.

Ciente da grandiosidade desta homenagem, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres pares para sua aprovação.


ANTONIO FÉLIX
DEPUTADO ESTATUAL



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 28 / 03 / 11

Elvair
Conceição de Maria Lopes Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Margarete Coelho

para relatar.

Em 29 / 03 / 11

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça

Parecer n.º _____ /2011.

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o projeto de Lei n. 59/2010.

O parecer que ora se apresenta tem por objeto o Projeto de Lei nº 59, de 2010, de autoria, iniciativa do ilustre Deputado Antônio Félix consoante arts. 96, inciso I, alínea “b”, 99 e 105, I do Regimento Interno da AL/PI, que se destina OBRIGAR O ESTADO DO PIAUÍ A FIXAR, NO ATO DA INAUGURAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO, PLACA COM FOTO E BIOGRAFIA DO HOMENAGEADO.

Guarnece a vertente proposição, fls. 03, justificativa assentando a iniciativa é importante, pois se trata de reconhecimento de quem tenha contribuído para o engrandecimento de nossa cultura.

Proposição lida no expediente de 29 de novembro de 2010 e como não fora votada, arquivada. Fls. 07 é visto requerimento de desarquivamento do projeto de lei datada de 21 de março do ano corrente.

Proposição encaminhada a Comissão de Constituição e Justiça para análise após desarquivamento.

É, em síntese, o relatório.

Voto.

Constata-se que a medida é de natureza legislativa e de iniciativa de parlamentar nos termos do art. 105, inciso I do Regimento Interno desta Casa.



O escopo da proposição, como se vê, é a inclusão de uma breve biografia do homenageado nas placas designativas de logradouros públicos.

Ao incluir - nos logradouros públicos - sucinta biografia de quem se pretende homenagear com relação de suas obras e eventuais ações meritórias, o projeto de lei quer dar conhecimento as novas gerações daqueles que tenham de alguma forma prestado relevantes serviços a sociedade piauiense.

A memória como se sabe, além de ser uma representação seletiva ela não é aquela do individuo, mas é sujeita a um contexto familiar, social ou local ou nacional. A memória, somos cientes, reforça a identidade coletiva e contribui para a continuidade de nossa sociedade. Importante, portanto, resgatá-la e preservá-la.

Não é desnecessário repisar que a nova ordem jurídica inaugurada com o advento da Constituição Federal de 1988 não se coaduna com homenagens a pessoas públicas ainda viva, caracterizadoras de indevida promoção pessoal e por isso ofensivas ao princípio constitucional da impessoalidade e moralidade pública.

Proposição, desta forma, em condições de ser aprovada no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

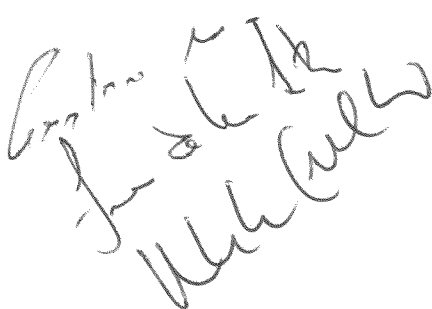
Assim, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de lei n.º 59/2010.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, aos 31 de março de 2011.



Margarete Coelho
Relatora



PROVADO A UNANIMIDADE
m. 05 / 004 / U
Presidente da Comissão de
Justiça